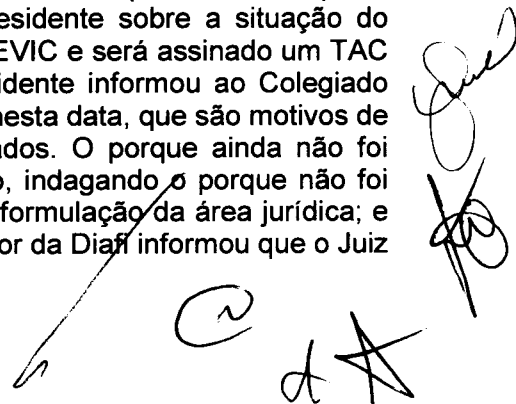
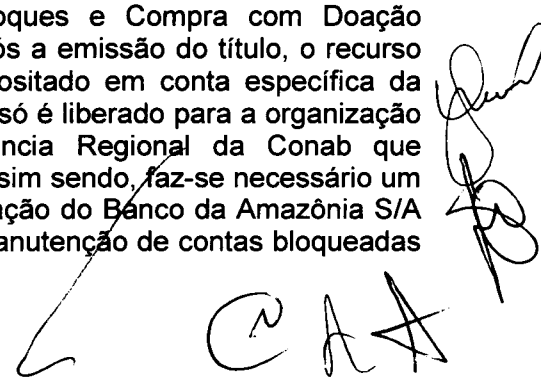


ATA DA MILÉSIMA CENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA COLEGIADA DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB

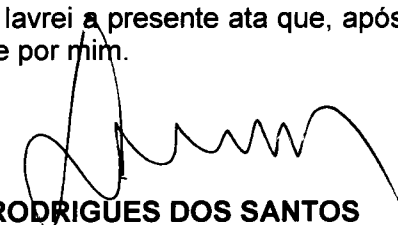
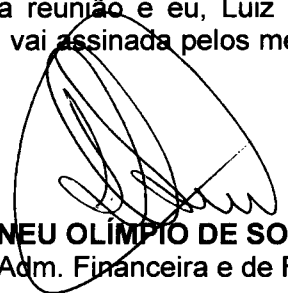
Aos nove dias do mês de dezembro de dois mil e quatorze, às 14:30 horas, na Sede da Matriz da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, Empresa Pública Federal, constituída por fusão autorizada pela Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e instalada em 1º de janeiro de 1991, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto A, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, com a presença do Presidente **Rubens Rodrigues dos Santos** e dos Diretores, **Lineu Olímpio de Souza**, Diretoria Administrativa, Financeira e de Fiscalização – Diafi, **Rogério Luiz Zeraik Abdalla**, Diretoria de Gestão de Pessoas – Digep, **Marcelo de Araújo Melo**, Diretoria de Operações e Abastecimento – Dirab e **João Marcelo Intini** – Diretoria de Política Agrícola e Informações – Dipai, realizou-se a milésima centésima septuagésima terceira (1.173ª) reunião ordinária da Diretoria Colegiada da Companhia. O Presidente iniciou a reunião, com os comunicados: 1) O Diretor Sr. Lineu de Souza informou que a Corregedoria Geral da República, através do relatório de auditoria nº 201407908, solicitou a Conab estabelecer um cronograma de fiscalização adequado à conjuntura existente, utilizando roteiros de fiscalização como forma de otimizar os recursos disponíveis, para o exercício de 2015. A solicitação foi atendida através do Parecer Técnico Sufis nº 711/2014. 2) O Diretor Lineu de Souza informou que a Conab recebeu o orçamento para 2015, sendo que para investimento o valor de R\$ 8 milhões, o mesmo valor para exercício de 2014 e, para o custeio manteve também o mesmo valor de 2014 – R\$ 91 milhões. Neste exercício de 2014 foi necessário o incremento no montante de R\$ 13.500.000,00. Consequentemente a Conab vai ter a necessidade de complementar o orçamento para 2015. Solicita os demais Diretores, o empenho para que juntamente com o relator da Comissão de Orçamento da Câmara, no sentido de conseguir aumentar o orçamento tanto para o custeio como para o investimento. 3) Informou também, a conclusão, pelo grupo de trabalho, referente à questão dos Hortomercados do Leblon e Humaitá/RJ. Com referência ao Hortomercado de Humaitá a situação é mais complicada para ser solucionado. O grupo de trabalho resolveu concentrar um posicionamento em relação ao Hortomercado do Leblon, que é uma situação mais fácil de se resolver. O relatório referente ao Leblon já está concluído, que por sinal está praticamente desocupado. A unidade de Humaitá é um complicador maior, apesar do prédio estar precisando de reforma urgente, existem empresas grandes em pleno funcionamento, onde teremos maior dificuldades na reforma. O grupo de trabalho apresentou algumas sugestões: 1) na região essa atividade de hortifruti já não tem mais necessidade, apesar de existir registro de negociação com o Governo do Estado, o qual sinalizou a disposição de chegar num entendimento com a Conab. Ocorre que, para isso, o assunto terá que ser submetido à deliberação do Conad, conforme regulamento, o assunto deverá ser levado a voto. 2) Colocar a venda, é complicado devido a atual situação de documentação; 3) através de um processo licitatório, buscar parceiros para fazer a revitalização do imóvel e a Conab continuar recebendo remuneração muito maior do que a atual, sem que a Conab tenha que investir nada. O Presidente indagou se tem amparo legal para esse tipo de licitação. Ato contínuo, o Diretor da Diafi confirmou a legalidade do ato. O Presidente manifestou a preocupação de ocorrer algum sinistro sério, naquela unidade, em vista das precárias condições. No Leblon 70% do imóvel está desocupado, onde dos 30% existentes apenas dois inquilinos não querem desocupar o imóvel. 4) O Diretor da Digep, Sr. Rogério Abdalla, indagou do Presidente sobre a situação do CIBRIUS, sendo esclarecido que está ocorrendo uma auditoria da PREVIC e será assinado um TAC até o dia 16/12/2014. O processo se encontra no DEST. 5) O Presidente informou ao Colegiado alguns assuntos discutidos na Reunião Ordinária do Conad, realizada nesta data, que são motivos de preocupação daquele Conselho. 1) 5 níveis dos empregados anistiados. O porque ainda não foi resolvido; 2) Ofício do Ministro Supervisor em relação a incorporação, indagando o porque não foi implantado, ainda, as recomendações do DEST; 3) necessidade de reformulação da área jurídica; e 4) Contabilidade, auditoria de balanço. Em relação aos 5 níveis, o Diretor da Diafi informou que o Juiz



concedeu mais 90 dias para que a Conab termine os cálculos e proceda o encaminhamento, para decisão do Juiz. Com relação à reformulação da Cojur, o Presidente solicitou cobrar do Procurador-Geral o diagnóstico da área. O Diretor Lineu de Souza sugeriu verificar a possibilidade de contratar a Fundação Getúlio Vargas, para fazer mapeamento de processo em todas as áreas da Conab, o Presidente solicitou verificar sobre a legalidade para esse tipo de contratação. **6) O Presidente informou ao Colegiado que a Conab está com 5 processos no DEST – PDVI, CIBRIUS, 4 níveis, estrutura da Matriz e Estatuto e, que solicitou ao Conselheiro Sr. André Bucar verificar a situação destes assuntos. 7) O Diretor Sr. Marcelo Melo informou que já enviou as Superintendências Regionais, através de Comunicação Interna, de que no dia primeiro acaba o milho subsidiado. Finda as comunicações passou a leitura dos votos. 1) Voto Presi nº 028/2014 - Processo nº 21.200.002546/2014-22. Elaboração da Norma “Política de Comunicação” – 10.301. A Sumac elaborou a Norma Política de Comunicação objetivando estabelecer diretrizes para as ações de comunicação da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). A Diretoria Colegiada aprovou o voto nos termos relatados. 2) Voto Digep nº 023/2014 - Processo nº 21200.001682/2014-03: Redução de jornada de trabalho com redução proporcional de salário da empregada Márcia Teixeira da Silva. Em face dos questionamentos apresentados pelos demais diretores, o diretor da Digep retirou o voto. 3) Voto Dipai nº 037 - Processo nº 21200.001915/2014-60. Aquisição e atualização de licenças de softwares Microsoft. Apesar dos esforços da Dipai/Sutin em tornar a TI da Conab menos dependente de softwares comerciais, os usos de plataformas proprietários se fazem necessárias para a manutenção de um parque mínimo de sistemas operacionais, bancos de dados e pacotes de suíte de escritório e produtividade para atendimento de sistemas legados, de terceiros ou de outras situações que exijam interação com outros órgãos que não seguem as determinações do e-PING (Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico). A Conab, enquanto empresa pública federal, interage fortemente com diversos Ministérios e Órgãos de Controle ensejando a troca de arquivos de texto, planilhas, apresentações, entre outros. Em que pese à adoção do e-PING ser obrigatória no âmbito do Governo Federal (Portaria SLTI/MP nº 5, de 14 de julho de 2005) e haver orientação explícita em seu subitem 8.2 para o uso de padrões abertos, situação à qual a Conab está totalmente aderente, é comum que seja solicitado aos empregados da Companhia que enviem arquivos em formato proprietário. Pelo exposto fica caracterizado a necessidade de aquisição de licenciamento específico para o sistema operacional Microsoft Windows Server 2012 R2, o banco de dados Microsoft SQL Server 2014, o Microsoft Office 2013 Standard e o Microsoft Project 2013, este último para atendimento da Comissão – Contrato Conab – BB. Nos termos da Nota Técnica Gesut e Geasi nº 01/2014 (fl. 2), propõe-se o registro de preços, nas quantidades estipuladas conforme o termo de referência às fls. 18 a 20, cujo valor total estimado é de R\$ 1.357.140,01, podendo a Conab realizar as aquisições de acordo com sua disponibilidade orçamentária e financeira. As despesas, conforme manifestação da Suofi à fl.24, correrão à conta do PTRES-060690; Fonte 0250; Natureza de Despesa-449039 e Plano Interno – TI MICROS. O voto foi aprovado nos termos relatados. 4) Voto Dipai nº 038/2014 - Processo Supaf nº 21200.002182/2012-19. Acordo de Cooperação entre a Conab e o Banco da Amazônia – BASA-S/A – Contas Vinculadas – PAA. O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, instituído pela Lei 10.696/03 alterada pela Lei nº 12.512/11, é também operacionalizado pela Conab, tendo atualmente como modalidades de execução do Programa as seguintes: Compra Direta (CDAF); Apoio à Formação de Estoques e Compra com Doação Simultânea (CDS). O esquema operacional da CDS prevê que, após a emissão do título, o recurso financeiro necessário para a execução de cada projeto seja depositado em conta específica da organização dos agricultores familiares. O recurso fica bloqueado e só é liberado para a organização dos agricultores mediante autorização formal da Superintendência Regional da Conab que jurisdiciona a Unidade da Federação de ocorrência da operação. Assim sendo, faz-se necessário um Acordo de Cooperação Técnica com o objetivo de disciplinar a atuação do Banco da Amazônia S/A na condição de instituição financeira responsável pela abertura e manutenção de contas bloqueadas**



(vinculadas) relativas às operações do PAA, mediante autorização expressa das Superintendências Regionais da CONAB, visando o pagamento às organizações dos agricultores familiares participantes do Programa. O Acordo em questão, que não implica ônus para a Conab, foi analisado e cancelado pela Cojur, conforme Parecer COJUR/GEMAD DC nº 839/2014 (fls. 88 a 95), do processo em referência, que se manifestou pela inexistência de qualquer óbice jurídico. O voto foi aprovado nos termos relatados. **5) Voto Dipai nº 039/2014 - Processo nº 21200.002936/2013-11.** Licitação da nova rede de comunicação de dados de longa distância – Rede WAN. A Nota Técnica Geasi nº 15/2014 (fls.02 a 05) apresenta a vantajosidade técnica e econômica, assim como as justificativas para a realização de certame licitatório com vistas à contratação de nova rede corporativa de comunicação de dados de longa distância, sob pena de colocar em risco os negócios da Companhia e gerar um colapso sem precedentes. As necessidades estão calcadas no crescimento dos serviços e das aplicações corporativas que atendem a Matriz, as Superintendências Regionais e Unidades Armazenadoras; na importância ascendente de comunicação intra-institucional, aliada às demandas do sistema de videoconferência a ser implantado em 2015 e na expiração do contrato atual em 10/06/2015. Diante da imprescindibilidade dos serviços de comunicação de dados de longa distância pelos motivos de início expostos, e que o contrato atual que esta preste a vencer custa à Conab R\$ 4.982.567,28/ano e que as estimativas para a nova contratação apontam para o valor de R\$ 8.354.979,12/ano, ou seja, acréscimo de 42% para um serviço com velocidades dos circuitos 4 vezes maior, além de outras vantagens de cunho técnico, fica evidente que a licitação deverá seguir de maneira célere. Para tanto, propõe-se a realização de registros de preços de maneira que a Conab possa dimensionar a rede de acordo com suas necessidades e com a previsão para as 10 novas unidades armazenadoras a serem implantadas e os 5 núcleos de auditoria. As despesas, conforme manifestação da Suofi à fl.152, correrão à conta do PTRES-060690; Fonte 0250; Natureza de Despesa-339039 e Plano Interno – ADMINISTRAR. O voto foi aprovado nos termos relatados. E nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a reunião e eu, Luiz Antonio de Castro, Secretário, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, vai assinada pelos membros da Diretoria Colegiada e por mim.


RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente
LINEU OLÍMPIO DE SOUZA
Diretoria Adm. Financeira e de Fiscalização
ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABADALLA
Diretoria de Gestão de Pessoas
MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretoria de Operações e Abastecimento
JOÃO MARCELO INTINI
Diretoria de Política Agrícola e Informações
LUIZ ANTONIO DE CASTRO
Secretário